

Quarta-Feira, 21 de Outubro de 2026

Polícia Federal solicita ampliação de prazo para investigações sobre possível tráfico de influência envolvendo filho de Lula

PF argumenta que 60 dias são insuficientes para apurações que envolvem Ministério da Saúde, Dataprev e outros órgãos federais

A Polícia Federal apresentou solicitação de prorrogação nos inquéritos que investigam Fábio Luis Lula da Silva, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por suspeitas de tráfico de influência. A corporação argumenta que o período inicial de 60 dias não foi suficiente para conclusão das diligências em andamento junto a diversos órgãos do governo federal.

Os pedidos de extensão foram formalizados ao ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, no dia 2 de outubro, quando expirou o prazo inicial. Apesar da submissão a Mendonça, os casos relacionados ao empresário estão sendo encaminhados para análise do presidente da Corte, Edson Fachin, cuja decisão ainda está pendente.

Segundo a PF, as apurações necessitam de mais tempo para examinar as conexões entre Fábio Luis e agentes públicos, rastrear movimentações financeiras relacionadas aos negócios investigados e analisar documentos do Ministério da Saúde e Dataprev. Os investigadores também pretendem identificar quem financiou deslocamentos internacionais desde 2023 e correlacionar essas viagens com as de outros investigados.

Um enfoque especial da investigação envolve uma viagem a Portugal realizada em junho de 2024, quando Fábio Luis e Roberta Luchsinger viajaram dias antes de Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como Careca do INSS, se deslocar para o mesmo destino. A corporação também pretende verificar se negociações do grupo resultaram em alterações de normas relacionadas a cannabis medicinal nos órgãos federais mencionados.

A defesa de Roberta Luchsinger manifestou-se ao questionar a necessidade de prorrogação, argumentando que o processo já dura um ano sem evidências concretas que justifiquem sua continuação. O advogado Roberto Podval sugeriu que o arquivo do inquérito seria o encaminhamento apropriado.

Por sua vez, os advogados de Fábio Luis criticaram as medidas adicionais solicitadas como uma "fishing expedition", ou pesca probatória, afirmando que a hipótese original da investigação – de que o empresário receberia R\$ 300 mil mensais através de Roberta Luchsinger – foi desmentida pelos próprios extratos bancários. Segundo a defesa, nenhum pagamento desse tipo ou de qualquer outro valor de Luchsinger consta nos registros financeiros analisados.

O empresário é alvo de três inquéritos distintos no STF. Além das duas investigações sob relatoria de Mendonça, envolvendo Ministério da Saúde e Dataprev, existe um terceiro inquérito sob sigilo, relatado pelo ministro Flávio Dino, que apura a atuação de um grupo de pessoas em favor de empresas junto ao governo federal.

A primeira investigação concentra-se na suspeita de que Fábio Luis teria facilitado contratos junto ao Ministério da Saúde para empresa atuante em produtos medicinais à base de cannabis. O inquérito foi aberto após pedido da PF em 24 de julho, sendo autorizado por Mendonça em 30 do mesmo mês.

A segunda apuração examina possível atuação para beneficiar empresa de tecnologia junto à Dataprev. A investigação foca a empresa 3Structure It LTDA, que possui contratos no valor de R\$ 55.721.051,62 com o governo federal. A Dataprev informou não possuir acordos com a companhia citada, enquanto a 3Structure afirmou ter vencido licitações conforme normas aplicáveis e passou por auditorias do Tribunal de Contas da União.

O terceiro inquérito, sob sigilo desde sua abertura em 4 de agosto por Flávio Dino, abrange o então chefe de gabinete presidencial Marco Aurélio Santana Ribeiro, conhecido como Marcola, que deixou o cargo em 21 de julho. A investigação aponta possíveis conexões entre Marcola, Roberta Luchsinger e Fábio Luis, incluindo pagamento de despesas e compra de joias para o ex-assessor presidencial.

As origens das investigações remontam à Operação Sem Desconto, deflagrada em dezembro do ano anterior contra fraudes em benefícios do INSS. Roberta Luchsinger, lobista próxima a Fábio Luis, teve seu celular apreendido naquela ocasião, sendo encontradas mensagens indicando negócios com Antônio Carlos Camilo Antunes. Segundo relatórios da corporação, a empresária possivelmente atuava como operadora financeira e política do esquema de fraudes nos benefícios previdenciários.

Fábio Luis admitiu ter conhecido Antunes através de Luchsinger em 2024 e justificou a viagem a Portugal como oportunidade de avaliar negócios no segmento de cannabis medicinal, negando conhecimento do esquema de fraudes no INSS. Roberta Luchsinger, por sua vez, admitiu ter apresentado o filho do presidente ao lobista, mantendo a narrativa de que o deslocamento tinha propósitos comerciais legítimos.